

**ALMEIDA, ROSEMEIRE APARECIDA DE. (RE)CRIAÇÃO  
DO CAMPESINATO, IDENTIDADE E DISTINÇÃO: A LUTA  
PELA TERRA E O *HABITUS* DE CLASSE. SÃO PAULO:  
UNESP, 2006. 377P.**

*Claudemir Martins Cosme<sup>1</sup>*

<sup>1</sup>*Mestrando em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB). João Pessoa – PB. [claudemirmartins@yahoo.com.br](mailto:claudemirmartins@yahoo.com.br)*

*Resenha recebida em 13/11/2014 e aceita em 15/11/2014*

**RESENHA**

O debate centrado em entender e desvendar a permanência e a reprodução do campesinato no modo de produção capitalista tem produzido um acervo de obras com interpretações diferenciadas e contraditórias sobre o lugar, o papel e o destino destes sujeitos nesta sociedade. No Brasil, devido ao histórico de conflitos e disputas por terra e território, tendo como protagonista principal os camponeses, fez com que autores, filiados a campos científicos e correntes teóricas distintas, debruçassem-se sobre a questão agrária, especialmente, produzindo uma relevante literatura sobre esta temática.

Rosemeire Aparecida de Almeida, geógrafa e professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MS), autora do livro-objeto desta resenha, inclui-se neste conjunto de autores que vêm contribuindo para decifrar e compreender a questão camponesa. Desde a graduação, passando pelo mestrado e pelo doutorado, tem focado seus estudos sobre a temática, tendo publicado/organizado outros livros, como *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar* (2008) e *Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo* (2010), como coautora.

Em *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*, fruto da sua tese de doutoramento, Almeida não mede esforços para elucidar as questões que envolviam o problema de pesquisa escolhido, qual seja a (re)criação do campesinato e seu *habitus* de classe. Para isso, o lócus da investigação foi o espaço agrário do Estado de MS, aprofundando a análise em oito acampamentos e oito assentamentos rurais, fruto da luta pela

terra, entre os anos de 1985 e 2000. Luta marcada pelas distintas práticas dos seguintes agentes sociais e que foram objetos de reflexão: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Acredita-se que a seguinte indagação é estrutural para sintetizar o conjunto de dúvidas que moveram a pesquisadora na realização do estudo: seria possível, mesmo diante das distintas formas de lutas do campesinato, empreendidas e organizadas pelos agentes supramencionados, as quais conformavam *habitus* específicos, pensar uma identidade de classe em meio às diferenças profundas, ou seja, um *habitus* de classe camponesa? Para a autora, sim. Nesse sentido, construirá a seguinte tese: apesar dos camponeses não lutarem nem entenderem a luta a partir de um mesmo formato, essa distinção não anula sua identidade e sua consciência de classe, por conseguinte, seu *habitus* de classe camponesa em meio à diversidade da luta. Entretanto, pondera que se trata de uma classe *sui generis*, devido alicerçar-se em uma contradição: ao mesmo tempo em que são proprietários dos meios de produção, são também trabalhadores, portanto, diferente da classe proletária. Sendo equivocado buscar no campesinato o *status* de uma classe pura ou tentar inserir nele *habitus* daquela classe.

Almeida produz uma obra extensa e bastante densa e rigorosa no tocante aos aspectos teórico-conceituais e dos instrumentos de pesquisa de campo, o que não impede de serem escritos de cativante e envolvente leitura, organizados em introdução, cinco capítulos e considerações finais.

Na introdução, ao realizar uma síntese de como está organizado o livro, Almeida explicita seu posicionamento frente ao objeto e sua visão social de mundo de uma intelectual militante que persegue a transformação do *status quo* de desigualdades que marca a história e a contemporaneidade do espaço agrário brasileiro. Corroborando com essa assertiva, assevera que o livro “pretende, desde o seu nascedouro, servir aos camponeses de que forma?, não sei. Quiçá repassando para os de “fora” aquilo que generosamente me ensinaram: no mundo camponês, a condição humana tem precedência sobre a coisa” (ALMEIDA, 2006, p. 31).

Ao mergulhar nas contradições do campo e se colocar ao lado do campesinato, historicamente uma classe explorada e relegada no Brasil, a autora cumpre o papel que deve ser exercido pelos geógrafos, ao menos conforme defendeu Santos (2008, p. 267), quando afirma que estes “[...] ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados

[...]”. Nesse sentido, Almeida destaca que numa sociedade mediada pelo conflito de classes, postular uma neutralidade científica é algo impossível, por isso, a aproximação do objeto foi defendida como condição *sine qua non* para conhecê-lo. Não obstante, adverte que não se teve a presunção de falar pela boca do outro, ou seja, de dar voz aos esquecidos, no caso, os camponeses, pois “eles tem voz, mas de fazer chegar a outros “círculos” essa voz, assumindo os equívocos que essa “tradução” impõe” (ALMEIDA, 2006, p. 23).

No primeiro capítulo, intitulado “Geografia e campesinato”, a autora tem o cuidado, dentro da rigorosidade teórica-metodológica que esperasse de um pesquisador no fazer científico, de apresentar, problematizar e justificar os caminhos trilhados na construção da pesquisa e do objeto de estudo. Nesse sentido, enfatiza que a interdisciplinaridade foi um recurso teórico-metodológico basilar, frente à pluralidade de agentes sociais envolvidos na luta pela terra. O interesse era de cercar o objeto na expectativa de melhor apreendê-lo e assim o fez, por isso, a densidade, variedade e complexidade dos temas tratados que permeiam a (re)criação do campesinato em sua totalidade. A discussão da interdisciplinaridade na ciência geográfica não está imune à crítica. Mitidiero Jr. (2008) aborda essa questão, afirmando não ser contrário ao uso de teorias externas à Geografia, mas considera negativa a utilização destas sem nenhuma relação com a disciplina, fazendo da Geografia uma “ciência de empréstimo” (Ibidem, p.30). Crítica pertinente e que Almeida levou em conta, ao defender que os conceitos não podem sofrer uma transposição mecânica. Dentro desta perspectiva, entrelaça autores de diferentes abordagens do conhecimento, trabalhando com os conceitos de *habitus*, campo, distinção de Pierre Bourdieu; liminaridade e *communitas*, de Victor Witter Turner; somados aos de classe social, campesinato, renda da terra e modo de produção capitalista a partir de Karl Marx, Edward Palmer Thompson, Theodor Shanin, José de Souza Martins e Klaas Woortmann; e território, territorialização, luta pela terra com base na vertente teórica aberta por Ariovaldo Umbelino de Oliveira nos estudos de Geografia Agrária.

Almeida problematiza de forma pertinente a sua escolha em trabalhar com fontes orais (entrevistas semidirigidas). Critica severamente o fato de que, nas ciências humanas, predomine um ranço positivista ao privilegiar as fontes escritas em detrimento das orais na explicação da sociedade. Contrária a esse posicionamento, enaltece que na fala, ao revisitar a memória, o entrevistado se descobre sujeito da história nos espaços de luta em busca da terra. Portanto, uma das premissas importantes no trabalho com fontes orais está no fato de possibilitar o registro da história das classes oprimidas esquecidas na história escrita pelas classes dominantes.

O segundo capítulo, que tem por título “Campepinato e capitalismo: interpretações clássicas”, a autora se debruça sobre as obras clássicas – Kautsky, Lenin e Chayanov – acerca da problemática camponesa no decurso do desenvolvimento do capitalismo. A partir destes estudos, segundo Almeida, as bases teóricas do entendimento do campepinato neste modo de produção estavam lançadas, podendo “ser agrupadas em dois grandes paradigmas: desintegração do campepinato e permanência/recriação camponesa” (Ibidem, p. 71). Caminhando nos trilhos abertos pelas teses de Chayanov, enaltece que “o engano teórico de Lenin e Kautsky foi fazer da diferenciação do campepinato um padrão de desenvolvimento geral e irreversível, derivada da firme convicção de que o operariado era a classe revolucionária” (Ibidem, p. 82). Ao tratar da especificidade do campepinato, Almeida enfoca sua continuidade contrariando as teses que anunciam o seu desaparecimento. Para ela, “falar em especificidade camponesa é necessariamente admitir o não-desaparecimento do campepinato e, em alguns casos como o brasileiro, a “recamponização” do sem terra” (Ibidem, p. 83). E mais, destaca o papel decisivo daquele nas revoluções que abalaram o século XX, sublinhando que “[...] é a própria tentativa de manter a tradição camponesa que torna o camponês um revolucionário” (Ibidem, p. 83).

Apesar da filiação da autora a corrente teórica que defende o desenvolvimento contraditório do capitalismo, faz observações essenciais para a leitura da (re)criação camponesa quando defende que é insuficiente apenas concluir que o capitalismo no seu movimento de reprodução ampliada do capital reproduz relações não capitalistas de produção. Esse pensamento, por si só, configuraria, segundo ela, um determinismo do capital em detrimento do caráter revolucionário do campepinato em luta pela terra. Para ela, deve-se retirar a centralidade dos estudos dos aspectos apenas econômicos e passar a explorar outras dimensões do modo de vida camponês, como a sua (re)criação via luta pela terra, os laços de compadrio, o parentesco, o sentido da família extensa, o trabalho acessório, a imbricação das categorias terra-trabalho-família, o valor simbólico do alimento, entre outros. O debate sobre o conceito de renda da terra é considerado fundamental para se compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, onde, segundo Almeida, desde a sua gênese, o caráter mais rentista do que produtivista instalou-se por aqui. Imbricada a essa gênese rentista do capital está à origem e a resistência do campepinato brasileiro, haja vista ser um campepinato que nasce de homens livres expropriados, sem vínculos diretos com a produção para o mercado, a margem do sistema colonial, mas a ele ligado por contradição, enfatiza. Campepinato enquanto classe social de dentro do capitalismo, conseqüentemente, não sendo correto denominar suas lutas de pré-

políticas, mas de uma luta política historicamente enquanto classe que resistia e resiste ao pagamento da renda da terra.

“O processo de (re)criação camponesa e as práticas de distinção nos campos sul-mato-grossenses” é o título do terceiro capítulo. Aqui, a autora destaca o processo de ocupação do sul do antigo estado de Mato Grosso, não sendo diferente do contexto nacional, onde privilegiou a grande propriedade, especificamente com a atividade pecuária, gerando uma classe de grandes proprietários de terras que historicamente dominou e geriu o Estado por décadas. Processo esse com rebatimentos duramente sentidos na política de reforma agrária.

Explicita um pressuposto importante e que se acredita ser bastante atual para a leitura do campo, qual seja: o de que se tem no Brasil uma política de assentamentos rurais e não uma ação efetiva de política de reforma agrária. Por isso, utiliza-se da expressão luta pela terra ao invés de reforma agrária, haja vista o Estado andar a reboque dos conflitos desencadeados pelos movimentos e organizações sociais. Crítica que vem sendo aprofundada, entre outros, por Oliveira (2010) e Ramos Filho (2008), ao defenderem que está em curso uma contrarreforma agrária no Brasil.

Ao analisar a ação dos agentes em luta, Almeida sublinha que o processo de territorialização do MST diferencia-se das organizações sindicais devido à amplitude e à massividade da luta, bem como pelo enfretamento de classes e pela busca da transformação social, o que faz dele “[...] o mais importante movimento da história camponesa do Brasil” (ALMEIDA, 2006, p. 151).

“Campesinato e a distinção como *habitus*: o acampamento para além da forma...” intitula o quarto capítulo no qual alerta que os acampamentos devem ser vistos não apenas como forma, mas como forma-conteúdo. Assim, a aparente homogeneidade das ações do MST, da FETAGRI e da CUT foi sendo compreendida como heterogeneidade, haja vista que “[...] para apreender os conteúdos, é necessário olhar para além da forma dos objetos geográficos, é preciso relacionar forma e conteúdo, aparência e essência [...] a forma-conteúdo está sempre mudando de significado, de acordo com o movimento da sociedade” (Ibidem, p. 155).

Caminha-se para pensar a ação do MST e a forma acampamento como um rito de passagem, nos termos conceituais de liminaridade e *communitas*, onde a sociedade é vista como processo vital com fases dinâmicas entre estrutura social e antiestrutura social. Assim, “o conceito de liminaridade é trabalhado “[...] como sinônimo de passagem, daí a ideia de ritos de passagem, porque obedece a fases distintas, porém interligadas: separação (pré-liminar), margem (liminar) e agregação (pós-liminar)” (ALMEIDA, 2006, p. 169). Nesse arcabouço

teórico-conceitual, a transmutação da condição de sem terra para assentado demonstra um ritual de passagem e o acampamento do MST seria o único a possuir aspectos de *communitas*, o que constitui uma distinção com a CUT e a FETAGRI. Os sujeitos liminares são considerados perigosos, pois questionam a ordem vigente. Sendo “[...] a *communitas* [...] um tipo de relacionamento que procura negar a sociedade vigente que se encontra estruturada hierarquicamente, e, nesse sentido, o acampamento do MST aproxima-se de *communitas* e os sem terra de sujeitos liminares” (Ibidem, p. 171).

Ocorre que “[...] o modelo utópico de sociedade da *communitas* ideológica começa a dar sinais de rotinização e a apresentar fissuras quando os homens, no tempo do acampamento, são obrigados a suprir suas necessidades mediante o trabalho” (Ibidem, p. 174). Ocorrendo um retorno à estrutura, quando da mudança do acampamento para o assentamento. Neste, os sujeitos assentados não são os mesmos, após a experiência do acampamento, mas “[...] não constitui, como as lideranças do MST imaginam, uma continuação da fase liminar (leia-se acampamento), muito menos um “desencantamento” (Abramovay, 1994), mas a possibilidade e a potencialidade de outras conquistas e alianças” (Ibidem, p. 179).

Prosseguindo o quarto capítulo, a análise da relação entre o poder simbólico e os conflitos no cotidiano do campo da luta pela terra não passou despercebida. A autora critica a redução das relações sociais camponesas à esfera econômica, enfatizando “[...] que a sociedade é um espaço aberto a conflitos que se dão nos diversos campos e subcampos da vida social, na busca de detenção do poder, ou melhor, dos recursos, no seus mais variados aspectos (simbólico-cultural-social, político, econômico)” (Ibidem, p. 181). Pressuposto que a faz crer que apesar da forma acampamento estar potencial e idealisticamente próxima de uma *communitas*, não se pode ignorar o exercício do poder que se dá na vida cotidiana. Assim, o acampamento, apesar de negar a estrutura dominante na atual sociedade, ocorre nos interstícios desta estrutura e o assentamento, um retorno a esta.

Outro ponto importante é quando a autora evidencia o poder simbólico sem violência e sem opressão como marca das relações entre os coordenadores/militantes do MST com a massa acampada. Sendo o poder das palavras de ordem do Movimento e a mística um momento essencial enquanto poder simbólico, assegura Almeida. Poder que ocorre não pela questão do dirigente, do emissor, mas pela simbiose entre receptor (massa) e emissor (dirigente), de forma não hierarquizada e extremamente rica. Assim, enaltece que as práticas distintivas do MST, com relação à luta da FETAGRI e da CUT, é fruto da existência de um campo favorável, ou seja, uma parte do campesinato com *habitus* específico de luta e enfrentamento. Por outro lado,

a prática de distinção gera expressões – classificações sociais – e expressa o lado político da produção simbólica, o que pode gerar também uma clara confusão entre *habitus* em si (específicos) e *habitus* de classe, impedindo a construção de alianças que, na verdade, possuem mais identidade que distinção.

O processo de formação da consciência dos sem terra do MST na perspectiva de dar um sentido de classe para si é problematizado por Almeida. Segundo ela, há uma obstinação de trazer os camponeses para uma ideologia política da classe trabalhadora com vistas à transformação da sociedade. Para ela, há um desencontro da teoria de organização social em relação à prática de movimento social do MST, em virtude da confusão entre as possibilidades históricas da classe operária e da classe camponesa. Processo que não tem se dado sem resistências e conflitos nos assentamentos, especialmente.

No capítulo quinto, denominado “Identidade no assentamento: o *habitus* de classe”, Almeida explicita que mesmo em meio à diversidade da luta dos sem terra, percebeu-se que era possível visualizar uma identidade entre eles, ou melhor, o *habitus* de classe camponesa.

Nessa linha de raciocínio, o olhar deixou de ser esse ou aquele assentamento em si para ser o processo de territorialização da luta pela terra e o assentamento conceituado como uma unidade territorial. Posicionamento que a fez discutir e tocar em contradições que, materializadas nos assentamentos, negam o *habitus* de classe camponesa, a exemplo da construção da agrovila. Seu caráter urbano e a separação dos espaços de moradia e de trabalho (lote) têm gerado o abandono e a transferência para os lotes, consequência da ação do Estado dentro de uma concepção de caráter homogeneizador no tratamento dos diferentes sujeitos em luta pela terra que vem a ser assentado. Nesse contexto, a concepção atual de assentamento e os aspectos técnicos das ações estatais ocultam o desdobramento político da luta, destituindo o papel ativo das famílias na reconstrução de suas vidas, quando passam a serem vistas como beneficiárias e não protagonistas da conquista do assentamento. Contraditoriamente, mesmo o MST em seus textos, segundo Almeida, defende a ideia de urbanização/homogeneização dessa fração do território, contrariando a diversidade da unidade territorial, por exemplo, quando defende a padronização das casas ou separação casa e lote. Fato que faz os assentados apresentarem formas de resistências, portanto, conflitos com o próprio Movimento e organizações sindicais, quando estes lhes impõe *habitus* alheios aos seus. Porém, a autora destaca que as imagens territoriais dos assentamentos revelam a identidade em meio à diversidade, dando sentido à unidade territorial como produção camponesa do território, o que não anula as distintas formas de se chegar à terra e aos diferentes mediadores presentes no

processo, ou seja, a luta, mesmo possuindo diversos sentidos, não impede a identificação do *habitus* de classe camponesa nos assentamentos.

A herança da terra como *habitus* de classe camponesa é defendido pela autora, entretanto, ela ressalta que o sentido desta herança vai muito além da transmissão do patrimônio. Na verdade, como um *habitus* de classe camponesa, materializa-se em um conhecimento adquirido que passa de geração em geração. Uma herança da terra que impulsiona vidas na busca por um pedaço de chão, contribuindo para a identidade na territorialização da luta pela terra, ou seja, os assentados apresentam-se como diferentes, mas no encontro na terra dos assentamentos, percebem-se iguais, aspectos de identificação de *habitus* de classe. Para ela, há um imbricamento entre as categorias terra-família-trabalho estrutural para o campesinato, portanto, formadora de uma ordem moral especificamente camponesa em contraponto a uma ordem economicista capitalista.

Nesse contexto, ressalta que é preciso ter clareza da diferença entre a propriedade camponesa e a propriedade capitalista, desnudando equívocos ainda presentes atualmente nas leituras sobre a relação do campesinato com a terra. Assim, defende que coexistem no Brasil regimes de propriedades diferentes: um capitalista e outro familiar em conflito aberto, fato que não tem sido observado, mesmo pelo MST, alerta. Para ela, é preciso ter em mente que a propriedade familiar camponesa é uma relação não capitalista. Portanto, junto à ordem moral anticapitalista, o campesinato cultiva um *habitus* de uma economia moral, o que permite pensar outra lógica que não a da mercadoria, da coisificação, mas centrada no direito do grupo, geradora de um padrão coletivo, em vez de estratégias individualistas. Fato que não impede que na produção camponesa não possa haver sobra de dinheiro. Situação rara, segundo Almeida, pois geralmente ocorre a transferência do excedente econômico ao capitalista na forma de renda da terra, onde boa parte dos camponeses assentados atua na lógica da perda, o que aumenta o risco de expropriação do campesinato assentado. Nessa mesma linha, Gonçalves (2004, p. 94) critica o abandono das famílias pelo Estado, afirmando que com a conquista dos assentamentos, “os assentados enfrentam um universo de escassez que comprometem a sua própria reprodução como assentados e a reprodução do seu espaço de morada e de trabalho [...] sendo desafiado a permanecer na terra sem nenhum tipo de recurso especial [...]”.

O controverso tema da liberdade para o camponês na sociedade capitalista, como bem assevera a autora, fez parte das suas preocupações. Para ela, a conquista da terra do assentamento se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe à ilusória liberdade burguesa, pois possibilita ao indivíduo realizar sonhos, aspirações, desejo de se enraizar, bem

como a liberdade tem relação com autonomia no sentido de controle do tempo de trabalho. Aqui se dá a contradição contra o trabalho coletivo, o que pode gerar problemas para a luta coletiva, assevera. E é exatamente quando essa liberdade individual é negada pelo capital, segundo Almeida, que o interesse coletivo de classe pode emergir. Nesse debate acerca da liberdade camponesa, é preciso levar em conta a reflexão de Alentejano (2007), quando afirma que a conquista da terra de trabalho nos assentamentos rurais estaria proporcionando uma ilusão da autonomia camponesa, pois a partir deste momento outros mecanismos de subordinação, impostos pelo Estado e pelo mercado, passam a operar.

Finalizando o quinto capítulo, a autora traz ao centro do debate o conceito de território, que, para ela, é essencial na discussão em torno da territorialização camponesa como distinção e identidade. Nessa esteira, afirma que sua definição está relacionada à produção que a sociedade faz dele, portanto, o processo de territorialização é um contínuo e contraditório ato de construção de territórios. Com esse entendimento, defende que o MST conquista frações/parcelas do território e não o território como totalidade histórica, por ser ele uma categoria muito mais ampla, sendo produto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Para ela, os processos de territorialização da luta pela terra materializados nos fragmentos do território conquistados pelos camponeses estão em oposição à territorialização e à monopolização do território pelo capital. Aqui reside outro debate controverso e que merece maiores discussões, qual seja: o da territorialização da luta pela terra. Por exemplo, Mitidiero Jr. (2013), pensando na mesma linha de Alentejano (2007), vê com restrições a adoção do conceito de territorialização da luta pela terra, caso não leve em consideração os limites da materialização dessa luta em assentamentos rurais, onde não se pode esquecer que o ato de desapropriação do latifúndio e o assentamento das famílias é uma atribuição do INCRA, ordenado pelo Presidente da República. Em função disso, tanto as famílias assentadas como o movimento social dependem, até certa medida, das ações público-estatais. Acredita-se que outro ponto que merece nota é o valor estratosférico das indenizações pagas aos latifundiários nas desapropriações dos imóveis rurais, processo que vem alimentando o caráter rentista do capitalismo brasileiro.

Por fim, a autora adverte oportunamente que o processo de territorialização não é propriedade exclusiva de um movimento/organização atuante na luta, mas do processo desencadeado pela luta de classe dos próprios camponeses na sociedade capitalista, bem como ressalta a territorialização da luta e sua face contraditória, no sentido de “[...] ao conquistar o pedaço de chão e trabalhar na terra com sua família, o assentado passa a viver uma situação

contraditória, em que é, ao mesmo tempo, proprietário da terra e trabalhador” (ALMEIDA, 2006, p. 348). Tratá-lo como trabalhador ou proprietário puro é uma visão errônea. Entretanto, sua dupla e contraditória situação não inviabiliza um sentido de classe, ou melhor, um *habitus* de classe camponesa que se materializa na manutenção de seu modo de vida. É justamente o capital e suas contradições que, ao invadir o mundo do campesinato, ilumina sua existência ambígua, podendo levá-lo a se enxergar como parte de uma classe.

Nas considerações finais, Almeida reitera alguns pontos que dão concretude a sua tese. Inicialmente, aponta que a luta pela terra é muito mais que a conquista de um pedaço de chão, pois esclarece o conflito travado pelos camponeses na utopia do retorno à terra, sendo uma luta pela (re)criação de sua condição de classe *sui generis*, ou seja, sujeitos que são ao mesmo tempo proprietários dos meios de produção e trabalhadores. Luta pela terra que não tem apenas um formato, e essa leitura é própria dos camponeses, no entanto, diversidade que não anula sua identidade com *habitus* de classe camponesa. Outro ponto sublinhado é que a luta constante por estratégias de reprodução da classe camponesa tem contribuído para sua diferenciação, entretanto, mostra preocupação quando entende que essa diferenciação tem ficado por conta da lógica da perda, onde a reposição dos meios de produção pelos camponeses, em grande parte, tem ficado refém dos subsídios governamentais e não governamentais. Por fim, aponta que o camponês não vive na busca de superação de sua situação dupla/ambígua de classe social, ao contrário, insiste para tentar harmonizá-la, nesse sentido, ressalta que a permanência de traços conservadores e também radicais no *habitus* camponês abre a possibilidade para a luta anticapitalista quando se vê claramente numa situação de oposição ao capital.

A obra aqui resenhada toca em pontos nevrálgicos que devem permear os debates, reflexões e investigações por parte daqueles que têm na questão agrária, especificamente o campesinato, a reforma agrária e a luta pela terra como centralidade do estudo. Portanto, um livro não só para a discussão dentro dos muros das universidades, mas essencialmente um livro que deve animar e incentivar o debate no seio dos movimentos sociais e organizações que lutam lado a lado com os camponeses. Essencialmente, e aqui reside uma das grandes contribuições dos escritos de Almeida, um trabalho que inspira o leitor a não abandonar a utopia da transformação social e, especificamente para o geógrafo, aponta para o seu papel de produzir trabalhos, parafraseando Oliveira (2001), não de engajamento ao sistema, mas de oposição inevitável a ele.

## Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe.** São Paulo: UNESP, 2006.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Os Movimentos sociais e a teoria geográfica. In: GLAUCIO, José Marafon; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária.** Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. A importância das agências de mediação no ordenamento territorial dos assentamentos rural. **Revista GEOgraphia.** Rio de Janeiro, ano. 6, n. 11, 2004.

MITIDIERO JR., Marco Antônio. Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária,** São Paulo, n. 14, 2013. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794/59203> >. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba.** 502p. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006).** 410p. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica à Geografia a uma Geografia crítica.** 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2001.